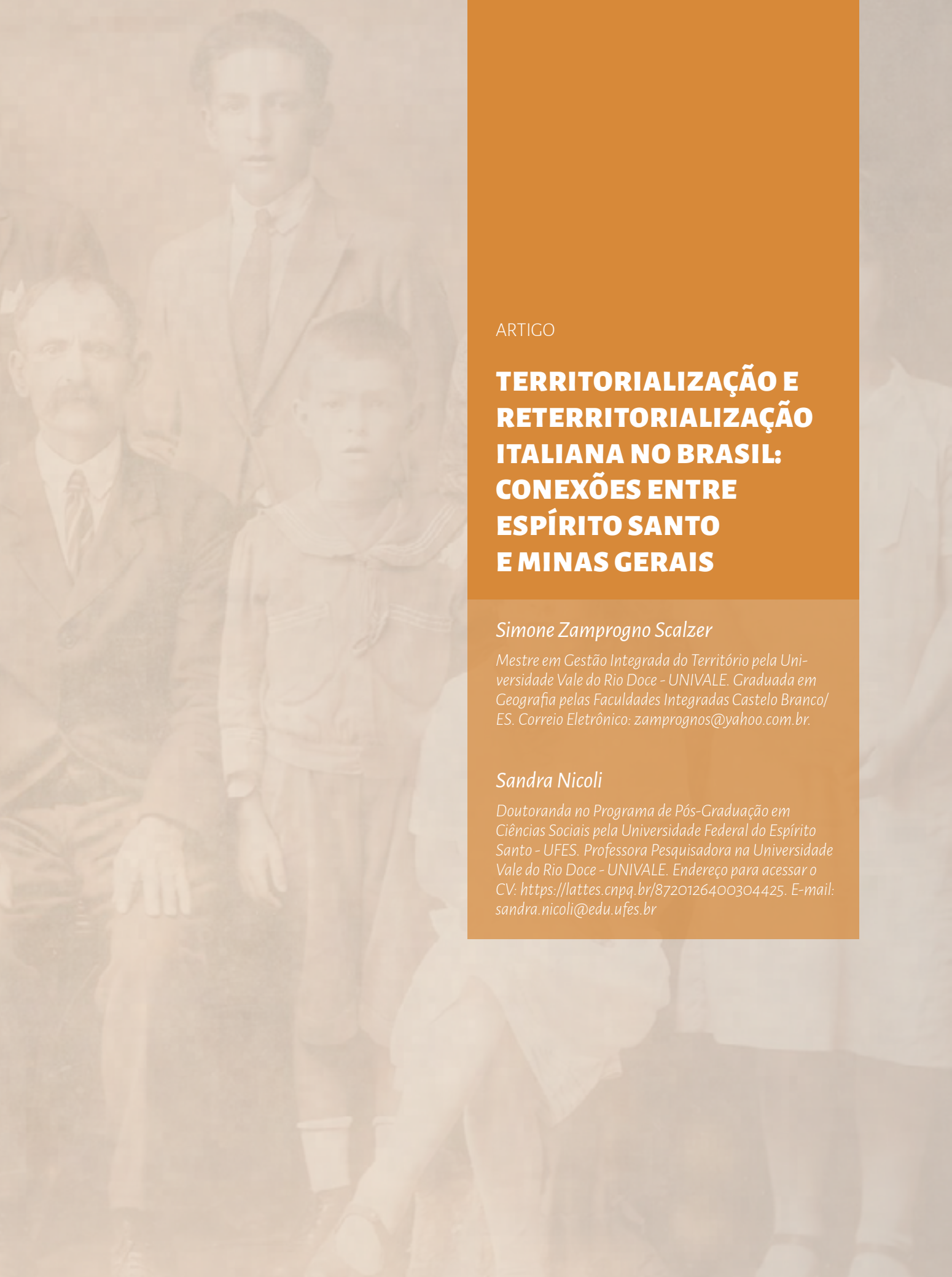




ARTIGO

TERRITORIALIZAÇÃO E RETERRITORIALIZAÇÃO ITALIANA NO BRASIL: CONEXÕES ENTRE ESPÍRITO SANTO E MINAS GERAIS

Simone Zamprogno Scalzer

Mestre em Gestão Integrada do Território pela Universidade Vale do Rio Doce - UNIVALE. Graduada em Geografia pelas Faculdades Integradas Castelo Branco/ES. Correio Eletrônico: zamprognos@yahoo.com.br.

Sandra Nicoli

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo - UFES. Professora Pesquisadora na Universidade Vale do Rio Doce - UNIVALE. Endereço para acessar o CV: <https://lattes.cnpq.br/8720126400304425>. E-mail: sandra.nicoli@edu.ufes.br



Resumo

O estudo analisa os processos de territorialização das famílias de imigrantes italianos no Espírito Santo, no final do século XIX, e a reterritorialização dessas e/ou dos oriundi em Minas Gerais, no início do século XX. Baseando-se em relatos orais e fontes bibliográficas, a pesquisa, de abordagem qualitativa, examina como as famílias de imigrantes, provenientes majoritariamente do norte da Itália, contribuíram para a formação de territórios italianizados, moldando identidades e relações sociais em terras brasileiras. No Espírito Santo, famílias italianas desempenharam papel central na ocupação de pequenas propriedades rurais voltadas para a produção cafeeira, enquanto em Minas Gerais, a busca por novas terras impulsionou o movimento de reterritorialização. Os resultados evidenciam que a manutenção de práticas culturais e sociais, aliada à introdução de novas técnicas agrícolas, promoveu transformações significativas nos territórios ocupados. Nesse sentido, este estudo contribui para a compreensão das dinâmicas migratórias e de adaptação cultural no contexto brasileiro, ressaltando o papel das famílias de imigrantes italianos como agentes na configuração territorial.

Palavras-chave: Imigração Italiana, Territorialização, Reterritorialização, Propriedade Familiar, Cafeicultura.

Riassunto

Lo studio analizza i processi di territorializzazione delle famiglie di immigrati italiani nello stato dell'Espírito Santo, alla fine del XIX secolo, e la riteritorializzazione di queste e/o degli oriundi nello stato di Minas Gerais, all'inizio del XX secolo. Basandosi su racconti orali e fonti bibliografiche, la ricerca, di approccio qualitativo, esamina come le famiglie di immigrati, provenienti principalmente dal nord Italia, abbiano contribuito alla formazione di territori italianizzati, plasmando identità e relazioni sociali in terra brasiliana. Nell'Espírito Santo, le famiglie italiane hanno svolto un ruolo centrale nell'occupazione di piccole proprietà rurali dedicate alla produzione di caffè, mentre a Minas Gerais, la ricerca di nuove terre ha stimolato il movimento di riteritorializzazione. I risultati evidenziano che il mantenimento di pratiche culturali e sociali, unito all'introduzione di nuove tecniche agricole, ha promosso trasformazioni significative nei territori occupati. In questo senso, lo studio contribuisce alla comprensione delle dinamiche migratorie e di adattamento culturale nel contesto brasiliano, sottolineando il ruolo delle famiglie di immigrati italiani come agenti nella configurazione territoriale.

Parole chiave: Immigrazione Italiana, Territorializzazione, Riteritorializzazione, Proprietà Familiare, Coltivazione del Caffè.

Introdução

Os deslocamentos populacionais sempre fizeram parte da história da humanidade, constituindo-se em elementos essenciais para a compreensão da formação das sociedades e identidades culturais (Nicoli, 2014). No Brasil, a política imigratória voltada para a colonização de terras públicas começou a ser delineada antes da Independência, com o decreto de D. João VI que viabilizou o acesso à terra para estrangeiros no regime de sesmarias. O projeto de colonização imigrante era fundamentado na pequena propriedade familiar, com o objetivo de povoar territórios considerados “vazios demográficos” e promover a agricultura em bases familiares (Seyferth, 2000).

Nesse contexto, a segunda metade do século XIX foi marcada pelo início da imigração europeia em larga escala, sobretudo italiana. As Províncias das grandes lavouras cafeeiras passaram a financiar a imigração de mão de obra, atraindo milhares de camponeses europeus para o Brasil. Como menciona Santos (2010), a imigração transoceânica trouxe à América uma diversidade de povos de origem rural, sendo a imigração italiana especialmente significativa para o desenvolvimento socioeconômico brasileiro (Boni, 1990).

Enfatiza-se que o Espírito Santo e Minas Gerais receberam fluxos migratórios relevantes de famílias italianas. No Espírito Santo, a imigração teve como marco a chegada da expedição de Pietro Tabacchi, em 1874, que trouxe imigrantes do Tirol italiano para a fazenda Nova Trento. Embora muitos tenham abandonado a fazenda devido às condições insatisfatórias, o maior grupo estabeleceu-se no Núcleo Timbuy, atual município de Santa Teresa (Scalzer, 2015).

Segundo Monteiro (1994), o fluxo de estrangeiros de maior intensidade em Minas Gerais foi dos italianos. Mesmo que o Estado de Minas não tenha tido grande destaque em relação à imigração europeia - os italianos se sobressaíram nesse Estado. O imigrante italiano era não só útil como mão-de-obra, mas atendia também como elemento colonizador. Indiscutivelmente, foi a corrente italiana preponderante na imigração para Minas Gerais conforme menciona Anastásia (1990).

Os processos de territorialização e reterritorialização das famílias de imigrantes refletem um esforço contínuo para transformar o espaço físico em territórios italianizados, impregnados de identidades e práticas culturais herdadas do norte da Itália (Haesbaert, 2007; Nicoli, 2014). Esses movimentos foram marcados por desafios, como a adaptação ao novo ambiente, e por estratégias para superar a escassez de terras, incluindo a migração interna dentro dos núcleos coloniais e a busca por novas fronteiras agrícolas.

Este estudo tem como objetivo analisar os processos de territorialização das famílias de imigrantes italianos no Espírito Santo e de reterritorialização dessas famílias e/ou dos oriundi em Minas Gerais, considerando as dinâmicas de mobilidade populacional. Para compreender esse fenômeno e a formação de territórios “italianizados”, utilizou-se a memória dos oriundi dessas famílias, por meio de relatos orais, e a análise de referenciais bibliográficos pertinentes ao tema.

Destaca-se que a metodologia da História Oral desempenhou um papel crucial, permitindo o registro de práticas, costumes, identidades e tradições de origem. Essa abordagem contribuiu significativamente para a compreensão dos processos de adaptação e integração das famílias de imigrantes italianos ao novo ambiente (Nicoli, Genovez e Siqueira, 2013).

Nesse sentido, ao considerar a dinâmica dos deslocamentos e os processos territoriais, o presente estudo busca ressaltar como as famílias italianas transformaram os espaços geográficos ocupados, incorporando elementos culturais e moldando novas territorialidades.

Imigração italiana no Brasil/Espírito Santo - Minas Gerais

A imigração italiana para o Brasil teve início com a chegada da Expedição de Pietro Tabacchi, em 21 de fevereiro de 1874, considerada um marco da imigração italiana em massa no país (Grosselli, 2008). Essa data foi institucionalizada como o “Dia do Imigrante Italiano” por meio da Lei nº 11.687, de 2 de junho de 2008, em reconhecimento

à contribuição dos italianos para a formação cultural e econômica do Brasil.

As famílias italianas que migraram para o Brasil deixaram para trás as paisagens e raízes do norte da Itália, buscando melhores condições de vida. Segundo Bassanezi (1995), a imigração italiana no Brasil apresentou peculiaridades, como o predomínio de famílias e a forte representatividade de migrantes provenientes do Vêneto. No caso de Santa Teresa, a maioria das famílias de imigrantes tinha origem trentina, destacando-se pela manutenção de laços culturais e identitários.

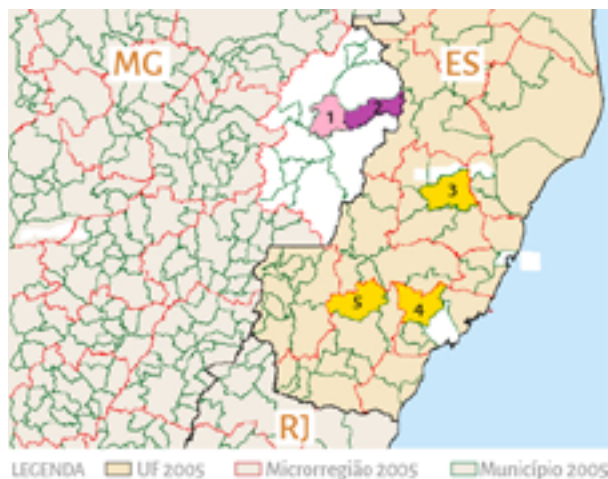


Figura 01: Espírito Santo e Minas Gerais - Pontos de chegada.

Fonte: Elaboração Mauro Augusto dos Santos. Base de dados cartográficos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Relação dos municípios: 1. Santa Rita do Itueto; 2. Itueta; 3. Castelo; 4. Alfredo Chaves; 5. Santa Teresa.

A possibilidade de possuir e cultivar terras foi um dos principais atrativos para as famílias italianas, especialmente no Espírito Santo e no sul do Brasil. Como observado por Busatto (2010), o sonho de muitos imigrantes era ter “um pedaço de terra para cada um trabalhar no que era dele”. Esse desejo de propriedade individual foi incentivado por políticas públicas e fez parte dos planos governamentais de colonização, voltados para a expansão agrícola.

No sul do Brasil, as colônias italianas se destacaram como importantes polos de produção agrícola, abastecendo o mercado interno. Na região sudeste, especialmente no Espírito Santo, a imigração italiana também teve grande relevância, com levas de famí-

lias chegando ao porto de Vitória e sendo direcionadas ao interior do estado (Busatto, 1990; Bussola, 1990).

Em Santa Teresa, núcleo emblemático da imigração italiana, as famílias desempenharam um papel central no desbravamento e povoamento, deixando marcas identitárias que perduram até os dias atuais (Scalzer, 2015). A ocupação desse território geográfico estava atrelada ao cultivo do café, uma das principais estratégias governamentais para o desenvolvimento econômico da região (Dadalto, 2009).

A política imigrantista do Espírito Santo, baseada na pequena propriedade familiar, atraiu camponeses das regiões de Trentino-Alto Ádige e Vêneto, que trouxeram suas práticas agrícolas e culturais. Em contraste, Minas Gerais foi um destino secundário para a maioria das famílias italianas, geralmente após experiências migratórias em estados vizinhos como São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo (Nicoli, Genovez e Siqueira, 2013).

Anastásia (1990) destaca que a política de introdução de imigrantes em Minas Gerais era tímida e frequentemente complementada por trabalhadores nacionais devido ao pequeno fluxo de estrangeiros. No entanto, os italianos se sobressaíram pela facilidade em atender às demandas locais de mão de obra. Os imigrantes italianos em Minas Gerais podiam ser classificados em dois perfis: comerciantes e profissionais especializados, que se fixavam nos centros urbanos, e agricultores, que se estabeleciam em zonas rurais, contribuindo para a ocupação de terras devolutas e o desenvolvimento agrícola (Nicoli, Genovez e Siqueira, 2013).

Nesse contexto, o estudo analisa os processos de territorialização e reterritorialização das famílias italianas em Santa Teresa, Alfredo Chaves e Castelo no Espírito Santo, no final do século XIX, e em Itueta e Santa Rita do Itueto, em Minas Gerais, no início do século XX.

A territorialização, como destaca Haesbaert (2007), não é apenas a ocupação de um espaço físico, mas também a construção de relações sociais e culturais que dão sentido a esse espaço, transformando-o em território. Esses processos simultâneos de desterritorialização e reterritorialização refletem o esforço dos migrantes em recriar, no novo ambiente, práticas e identidades herdadas de seus territórios de origem (Raffestin, 1993).

Evidenciando as localidades em estudo

Para uma melhor compreensão do campo em estudo, apresentam-se, de forma sucinta, as localidades que serviram como pontos de chegada para as famílias de imigrantes italianos, provenientes das regiões do Trentino-Alto Ádige e do Vêneto, na Itália, a partir da segunda metade do século XIX e início do século XX. Essas localidades são predominantemente rurais, caracterizadas por propriedades familiares cuja base econômica está centrada na agricultura. A produção cafeeira constitui a principal atividade econômica dessas regiões, moldando a configuração social e econômica do território, conforme apontado por Nicoli (2014) e Scalzer (2015).

Geograficamente, as localidades incluem Alfredo Chaves e Castelo, no sul do Espírito Santo; Santa Teresa, na região serrana do Estado; e Itueta e Santa Rita do Itueto, no leste de Minas Gerais. Ressalta-se que, no período histórico analisado, as delimitações geográficas ainda não possuíam os contornos atuais. A figura 01 ilustra a localização dessas regiões.

Ressalta-se que a imigração italiana para Santa Teresa teve início em 1874, com parte do grupo que integrava a expedição de Pietro Tabacchi. Esse movimento intensificou-se a partir de 1875, com a chegada de novas levas de famílias de imigrantes destinadas à localidade (Scalzer, 2015). O Decreto nº 5.295, de 31 de maio de 1873, autorizou Pietro Tabacchi a estabelecer 700 imigrantes alemães, italianos ou do norte da Europa em sua fazenda, no então município de Santa Cruz (Daemon, 1879). Em 21 de fevereiro de 1874, Pietro Tabacchi desembarcou no porto de Vitória, trazendo, a bordo do navio Sophia, 386 imigrantes da região do Tirol italiano para sua fazenda Nova Trento, em Santa Cruz, no Espírito Santo (Daemon, 1879).

Contudo, as famílias de imigrantes italianos enfrentaram condições insatisfatórias de moradia e trabalho, levando muitos a abandonarem a fazenda. Alguns retornaram à Itália; outros migraram para o sul do Brasil ou para diferentes pontos da Província do Espírito Santo. O maior grupo estabeleceu-se no Núcleo Timbuy, atual município de Santa Teresa (Scalzer, 2015).

A distribuição de lotes de terra para o cultivo do

café era uma questão central no projeto de ocupação das terras devolutas do Espírito Santo. A administração provincial padronizou os tamanhos e formatos dos lotes, estabelecendo um modelo de pequenas propriedades rurais que perdura até os dias atuais. Embora o controle governamental sobre esse processo fosse limitado, as famílias de imigrantes desempenharam um papel ativo, trocando, vendendo e redefinindo os limites de seus lotes, conforme suas necessidades e aspirações (Scalzer, 2015).

O processo de ocupação territorial em Santa Teresa foi marcado pela constante mutação, à medida que novas levas de imigrantes chegavam e outros buscavam melhores condições em outras terras. Scalzer (2015) destaca que esse território estava em transformação contínua, moldado pelas dinâmicas sociais e econômicas das famílias de imigrantes italianos.

Conforme Saquet (2011), a construção histórica de um território está intrinsecamente ligada a processos de apropriação e dominação do espaço. Em Santa Teresa, as famílias de imigrantes italianos transformaram o território designado pelo Governo, impondo marcas culturais e redesenhando continuamente suas características. Esse processo resultou em um território impregnado de suas territorialidades, reflexo de suas relações sociais e práticas cotidianas.

Outro fenômeno relevante foi a migração dentro do próprio Núcleo Colonial e, posteriormente, para novas frentes de colonização. Scalzer (2015) relata que, em muitos casos, as famílias de meeiros ou mesmo os proprietários de lotes migravam em busca de melhores condições. Essa dinâmica interna foi fundamental para o surgimento de novos núcleos coloniais, tanto no norte do Espírito Santo quanto em Minas Gerais.

O senhor Alcebiades Feller (2014, informação verbal) esclareceu que muitos foram os casos de filhos de imigrantes que migraram para novas frentes de colonização. As famílias eram numerosas, e a terra era insuficiente para a sobrevivência de todos. Muitos casais tinham mais de dez filhos e no final do século XIX e início do século XX, não havia terra para

todos os jovens, como ocorreu anteriormente.

Um exemplo a citar é o que caso de Cesare Marchioro, que com mais de 60 anos de idade migrou para as terras mineiras de Itueta. Cesare chegou ao Espírito Santo, com sua família aos cinco anos de idade (PROJETO IMIGRANTES, 2020). No recenseamento das propriedades rurais do Espírito Santo de 1920, Cesare Marchioro aparece como proprietário de dois terrenos, nas proximidades do Distrito de São João de Petrópolis, antigo Barracão (Santa Teresa). Contudo vendeu suas terras no Espírito Santo anos depois e, em 1935, a família Marchioro deixou a região em busca de mais e melhores terras para cultivar, a fim de garantir o sustento da numerosa família.

No relato oral colhido por Sandra Nicoli com a neta de Cesare, a senhora Lídia Marchioro (2011) menciona que: “É família grande. Eis quiseram mudar assim, um pouco a... E lá era pequeno, igual ele estava falando, lá era assim, era um lugar muito pequeno. Aí quis se espalhar mais aqui”.

Ressalta-se que Lídia tinha apenas vinte dias de vida quando migrou com a família de São João de Petrópolis/Santa Teresa para Itueta (MG); e segundo a senhora Marchioro, lembrando os relatos dos pais, comenta que as terras eram bem mais baratas em Minas Gerais e com a venda das terras em Santa Teresa, conseguiram comprar quarenta alqueires em Itueta.

Nesse ponto, é possível observar que essa migração interna reflete a busca por melhores condições para sustentar famílias numerosas, cenário comum no final do século XIX e início do século XX.

De maneira similar, Alfredo Chaves e Castelo, no Espírito Santo, também tiveram a imigração italiana como elemento central em sua ocupação territorial. Em Alfredo Chaves, as primeiras famílias italianas chegaram em 1878, vindas do Vêneto. Já Castelo recebeu colonos de origem italiana no final do século XIX, muitos dos quais oriundos de Alfredo Chaves (Casa-grande e Barbiero, 2012). Esses movimentos migratórios internos e externos contribuíram para a expansão territorial e econômica, sempre centrada na cultura cafeeira.

No caso de Minas Gerais, Itueta e Santa Rita do Itueto passaram a receber famílias italianas por vol-

ta de 1920. Rezende e Álvares (2009) observam que o interesse governamental pelo povoamento do Vale do Rio Doce abriu caminho para colonos provenientes das áreas montanhosas do Espírito Santo. Nessas localidades, as famílias migrantes substituíram a floresta pelo cultivo do café, transformando territórios inabitáveis em lavouras produtivas.

Os processos de territorialização e reterritorialização, conduzidos pelas famílias de imigrantes italianos e oriundi, transformaram Santa Teresa, Alfredo Chaves, Castelo, Itueta e Santa Rita do Itueto em territórios “italianizados”. Ao territorializarem-se, os imigrantes recriaram elementos culturais de seus territórios de origem, enquanto a reterritorialização permitiu a adaptação a novas condições. Esses movimentos contínuos moldaram as relações sociais e econômicas que definem essas localidades até os dias atuais (Nicoli, 2014; Scalzer, 2015).

Territorialização em terras espírito-santenses e reterritorialização nas terras mineiras

Para compreender o movimento migratório ocorrido nas localidades em estudo, foi necessário recorrer aos referenciais teóricos de território e territorialidades, bem como aos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização. Segundo Saquet (2006, p. 83), o território é definido como:

“[...] heterogeneidade e traços comuns, apropriação e dominação historicamente condicionadas; é produto e condição histórica [...]. É espaço de moradia, de produção de serviços, de mobilidade, de desorganização, de arte, de sonhos, enfim, de vida (objetiva e subjetivamente). O território é processual e relacional, (i) material, com diversidade e unidade, concomitantemente.”

A identidade é um componente fundamental na constituição do território, resultando da combinação de processos históricos e relacionais. Saquet (2010, p. 25) ressalta que os territórios e as territorialidades:

“[...] são vividos, percebidos e compreendidos de

formas distintas; são substantivados por relações. Homogeneidades e heterogeneidades, integração e conflito, localização e movimento, identidades, línguas e religiões, mercadorias, instituições, natureza exterior ao homem; por diversidade e unidade; (i) materialidade.”

Destaca-se que esses processos históricos e sociais deram origem aos territórios apropriados pelas famílias de imigrantes italianos no Espírito Santo e Minas Gerais. Conforme Saquet (2003, p. 24), o território é:

“[...] apropriado e construído socialmente, fruto do processo de territorialização. [...] O território se dá quando se manifesta e exerce-se qualquer tipo de poder, de relações sociais. São as relações que dão o concreto ao abstrato, são as relações que consubstanciam o poder.”

A territorialidade, como expressão do exercício de poder em determinado espaço, é também uma dinâmica relacional que transforma o espaço em lugar. Segundo Raffestin (1993), a territorialidade pode ser entendida como a forma pela qual a sociedade organiza suas relações de poder em um dado momento, utilizando as interações sociais como meio para atender suas necessidades. Ao recriarem elementos de seus territórios de origem nos locais onde se estabelecem, os imigrantes, nos mostram como este conceito é dinâmico.

Conforme Saquet (2003, p. 39), os processos de desterritorialização e reterritorialização são intimamente ligados:

“[...] Na primeira, há a perda do território inicialmente apropriado e construído, a supressão dos limites, das fronteiras [...]. Na segunda, uma reprodução de elementos do território anterior, pelo menos, em algumas de suas características.”

Haesbaert (2007, p. 99) complementa que “[...] não há território sem um vetor de saída do território, e não há saída do território, ou seja, desterritorialização,

sem, ao mesmo tempo, um esforço para se reterritorializar em outra parte.”

No caso dos imigrantes italianos, os relatos orais revelam como esses processos moldaram as transformações territoriais no Espírito Santo e Minas Gerais. As famílias, ao ocupar terras nessas regiões, adaptaram e recriaram práticas sociais e culturais, imprimindo marcas identitárias que atualmente caracterizam esses territórios (Nicoli, 2014).

A territorialização foi o resultado de um esforço contínuo para transformar o espaço físico em um lugar com significado e vivência. Como evidenciado nos relatos, o trabalho desempenhou papel central na construção dessas novas territorialidades. Sayad (1998, p. 109) aponta que “[...] é o trabalho que funda a existência do imigrante, que lhe confere seu estatuto social, legitima sua presença.”

A vida cotidiana dessas famílias era marcada pela luta e pela posse de terras, pelo cultivo do café e pela manutenção de tradições herdadas da Itália. No entanto, o lazer e as festividades também desempenharam um papel importante na manutenção da identidade cultural, como destacado nos relatos sobre comidas típicas, danças e celebrações religiosas (Nicoli, 2014; Scalzer, 2015).

As famílias de origem italiana transformaram os espaços geográficos que ocuparam, incorporando elementos culturais ao contexto brasileiro. Conforme Hall (2003), as migrações reconfiguram tanto o território de saída quanto o de destino, resultando em uma mescla de tradições que, ao mesmo tempo, preservam elementos da identidade original e se adaptam às novas condições no novo território.

Considerações finais

Constata-se que as famílias de imigrantes italianos e oriundi foram agentes fundamentais na construção de sua própria história, moldando espaços em territórios inicialmente inseguros e desconhecidos. Essas famílias, ao mesmo tempo em que assimilaram novos costumes e hábitos, mantiveram elementos centrais de sua identidade cultural, preservando traços característicos da sociedade de onde vieram. Ao chegarem às terras brasileiras, como Santa Teresa, Alfredo Chaves, Castelo, Itueta e Santa Rita do Itueto, esforçaram-se para manter sua italianidade por meio da reconstrução de hábitos, valores, religiosidade, costumes e tradições herdadas, adaptando-se às novas condições sociais e econômicas.

No processo de territorialização e reterritorialização, essas famílias imprimiram marcas profundas no tempo e no espaço, contribuindo para a criação de “territórios italianizados”. Tais territórios foram apropriados e dominados a partir das relações sociais estabelecidas cotidianamente, representando a fusão entre a cultura de origem e as demandas do novo ambiente. Durante esse processo, os imigrantes italianos e oriundi não apenas adaptaram-se ao novo território, mas também desempenharam um papel crucial na ocupação, colonização e formação de pequenas propriedades familiares.

Um dos principais legados das famílias de origem italiana foi a implementação e consolidação da cultura cafeeira nos territórios em estudo. Por meio do cultivo do café, essas propriedades rurais, sustentadas pelo trabalho árduo das famílias de imigrantes, transformaram esse produto na principal fonte de renda das localidades analisadas. Essa contribuição econômica, além de estruturar a base produtiva da região, reforçou a importância histórica e cultural das famílias de imigrantes italianos como agentes de transformação territorial e social.

Referências

- ANASTÁSIA, Carla Maria Junho. A imigração italiana em Minas Gerais (1896-1915). In: BONI, Luís Alberto de (Org.). **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia; Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1990. 2 vol.
- APEES. Recenseamento do Brasil 1920 - Propriedades Rurais do Espírito Santo - Santa Thereza. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo - Biblioteca Digital.
- BASSANEZI, M. S. B. Imigrações Internacionais no Brasil: um panorama histórico. In: PATARRA, Neide L. (Org) **Emigração e Imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. São Paulo: FNU-AP-1995. v. 1 p. 3-35.
- BONI, Luís Alberto de (Org.). **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia; Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1990. 2 vol.
- BUSATTO, Luiz. Dilemas do imigrante italiano no Espírito Santo. In: BONI, Luís Alberto de (Org.). **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia; Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1990. 2 vol.
- BUSATTO, Luiz. **Nomes e Raízes Italianos**. Vitória: 2010.
- BUSSOLA, Carlos. Alguns aspectos da cultura dos descendentes dos imigrantes italianos no Estado do Espírito Santo. In: BONI, Luís Alberto de (Org.). **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia; Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1990. 2 vol.
- CASAGRANDE, André Dell'Orto; BARBIERO, Maria Helena Mion. **Castelo da Pré História ao Início do Século XX**. 2 Edição. Castelo/ES. 2012. Disponível em: http://www.castelo.es.gov.br/site/municipio_livro.asp
- DADALTO, Maria Cristina. **A imigração Tece a Cidade – polo industrial de Colatina**. Vitória: Cultural & Edições Tertúlia, 2009.
- DAEMON, Bazilio Carvalho. **Província do Espírito Santo: Sua descoberta, história chronologia, synopsis e estatística**. Victoria: Typographia do Espirito-Santense, 1879.
- FELLER, Alcebiades. 90 anos. Entrevista concedida a Simone Zamprogno Scalzer. Santa Teresa. 2 abr. 2014.
- GROSSELLI, Renzo M. (1952). **Colônias imperiais na Terra do Café: Camponeses trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras**. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008.
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 3 edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- HALL, Stuart. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- MARCHIORO, Lídia. 73 anos. Relato Oral concedido a Sandra Nicolli. Itueta/MG. 13 out. 2011.

MONTEIRO, Norma de Góes. **Imigração e Colonização em Minas 1889-1930**. Editora Itatiaia Limitada. Belo Horizonte/Rio de Janeiro, 1994. Vol. 188.

NICOLI, Sandra. **I/Emigração em Ituaeta e Santa Rita do Ituaeta – a chegada dos nonos e a partida de seus descendentes para o norte da Itália**. Dissertação (mestrado). Universidade Vale do Rio Doce, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território, Governador Valadares, MG, 2014.

NICOLI, Sandra., GENOVEZ, Patrícia Falco., SIQUEIRA, Sueli. Migração, Memória e Território: os descendentes de imigrantes italianos da Microrregião de Aimorés/MG. **Revista História & Perspectivas**. Dossiê: História do Crime, da polícia e da justiça criminal, v. 26, nº 49 (2013). Universidade Federal de Uberlândia. Instituto de História. Revista Eletrônica. <http://www.historiaperspectivas.inhis.ufu.br>

PROJETO IMIGRANTES. APEES, 2020. Consulta em 07/08/2020.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REZENDE, Marcos. ÁLVARES, Ricardo. A Ocupação do Médio Vale do Rio Doce e o Surgimento dos Municípios de Aimorés, Resplendor e Ituaeta. In: REZENDE, Marcos e ÁLVARES, Ricardo (Orgs.). **Era Tudo Mata: o processo de colonização do Médio Rio Doce e a formação dos municípios de Aimorés, Ituaeta e Resplendor**. Belo Horizonte, MG: Consórcio da Hidrelétrica de Aimorés, 2009.

SANTOS, Mirian de Oliveira. Os estudos históricos sobre a imigração no Brasil. In: PACELLI, Ademir et al (Orgs.). **A experiência migrante: entre deslocamentos e reconstruções**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 99-101.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Os tempos e os territórios da colonização italiana: O desenvolvimento econômico na Colônia Silveira Martins (RS)**. Porto Alegre: Edições EST, 2003.

SAQUET, Marcos Aurélio. Proposições para estudos territoriais. **Geografia**. Paraná, ano VIII, n.15, p.71-85, 2006.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. 2. edição. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial**. 1.ed. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: EDUSP, 1998.

SCALZER, Simone Zamprogno. **O Núcleo Timbuy/Santa Teresa (ES). Entre a memória e a história**. Rio de Janeiro. Ed. Multifoco, 2015.

SEYFERTH, Giralda. A colonização Alemã no Brasil: Etnicidade e Conflito. In: FAUSTO, Boris (org). **Fazer a América**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

TRENTO, Ângelo. **Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1989.

